



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0001222578

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 102974397.2016.8.26.0577, da Comarca de São José dos Campos, em que são apelantes

_____ (REPRESENTANDO MENOR(ES)) e
_____ (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)), é apelado
POLICLIN S/A SERVIÇOS MEDICOS E HOSPITALARES.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 8ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento parcial ao recurso, nos termos que constarão do acórdão. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SALLES ROSSI (Presidente) E BENEDITO ANTONIO OKUNO.

São Paulo, 14 de novembro de 2025.

CLARA MARIA ARAÚJO XAVIER

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Apelação nº 1029743-97.2016.8.26.0577 (2)

Apelantes: _____ e R.R. D. F. V. F., menor representado por sua genitora

Apelados: Hospital Policlin Maternidade _ Policlin S.A. Serviços Médicos Hospitalares de São José dos Campos

Comarca: São José dos Campos

VOTO Nº 24.015

APELAÇÃO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. Sentença de improcedência. Inconformismo. Troca de pulseira de identificação de recém-nascido nas dependências da maternidade. Laudo pericial. Impossibilidade de reconhecimento do alegado nexo de causalidade entre os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

problemas de saúde enfrentados pelo coautor recém-nascido e a troca de pulseira de identificação então colocada em seu braço. Incontrovertida falha na prestação dos serviços médico-hospitalares. Forte abalo emocional, susto e angústia pelos quais passou a genitora, mesmo depois da alta hospitalar, que não podem ser tidos como mero aborrecimento, insuscetível de reparação. Danos morais cabíveis. Fixação em R\$ 10.000,00 (dez) reais apenas à coautora _____, montante que atende tanto à sua finalidade reparatória quanto punitiva, sem que se cogite de enriquecimento indevido. Sentença reformada. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Vistos.

Trata-se de apelação interposta por _____ e por R.R. D. F. V. F., menor por ela representado (fls. 849/870) em face da r. sentença de fls. 839/843 que, nos autos de ação indenizatória ajuizada em face de Hospital Policlin Maternidade – Policlin S.A. - Serviços Médicos Hospitalares de São José dos Campos,

2

julgou improcedentes os pedidos formulados, condenando os autores ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 15% sobre o valor atualizado da causa.

Apelam os autores, defendendo o equívoco da r. sentença. Em petição confusa e repetitiva, na qual transcrevem inúmeros trechos dos prontuários médicos, defendem que os erros relatados nos autos caracterizam negligência e imprudência por parte da apelada, por meio de seu corpo médico e de enfermagem. Afirmam que *“ocorreram outros problemas de enorme gravidade, relacionados ao péssimo atendimento à mãe e ao recém-nascido e que foi eivado de imprudência, negligência e imperícia”* (fls. 855). Prosseguem, insistindo na tese de que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

a troca de pulseiras influenciou, dentre outros pontos, na dificuldade de amamentação do bebê.

Contrarrazões ofertadas às fls. 874/877.

Parecer da Douta Procuradoria Geral de Justiça às fls. 891/896, opinando pelo provimento do recurso.

Decorrido o prazo sem oposição ao julgamento em sua modalidade virtual.

Dito isso, passo ao relatório, nos termos do quanto exposto pelo julgador *a quo*, sucintamente, às fls. 839/840:

“Vistos.

Cuida-se de ação indenizatória ajuizada por _____, por si e representando seu filho menor, _____, em face da HOSPITAL POLICLIN MATERNIDADE POLICLIN S.A. SERVIÇOS MÉDICOS

3

HOSPITALARES DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, buscando indenização por danos morais.

Em síntese afirmam os autores que o coautor _____, nascido no dia 28.11.2013, nas dependências da maternidade, ora requerida, teve sua pulseira de identificação trocada após admissão no berçário. O erro foi prontamente percebido pelo genitor que logo comunicou a responsável, tendo está confeccionado novas pulseiras e reparado o equívoco. Não chegou a ocorrer troca de bebês, apenas um erro na aposição do dispositivo identificador, que continha o nome de outra mãe. Ocorre que o fato gerou insegurança à genitora que não conseguiu amamentar o filho. Alegam, ainda, que o nosocômio em nenhum momento disponibilizou atendimento psicológico, nem enviou pessoas qualificadas para auxiliar a mãe. Postulam, assim, indenização por danos morais.

A inicial foi instruída com os documentos de fls. 16/64.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Regularmente citado, o requerido apresentou contestação as fls. 88/98, batendo-se pela improcedência da ação.

Apresentada réplica as fls. 200/216.

O processo foi sentenciado às fls. 218/221, julgandose o pedido improcedente. Apresentado recurso de apelação (fls. 226/244 e 248/268) a sentença foi anulada pela superior instância, ao argumento que o Ministério Público deve intervir no feito (fls. 278/285).

Após, manifestação do Ministério Público (fls. 294), o feito foi saneado, determinando-se a realização de prova técnica (fls. 309).

Realizada a perícia o laudo foi colacionado à fls. 347/368, com os esclarecimentos de fls. 724/725 e 792/796, sobre o que se manifestaram as partes as fls. 371 e 373/394 e o Ministério Público às fls. 742/743. Homologada a prova pericial (fls. 812), os autores

4

apresentaram alegações finais as fls. 815/828.

O Ministério Público apresentou parecer final as fls. 833/838.”

Ante o desfecho do julgado, insurge-se a parte autora, pelos motivos supratranscritos.

E com razão, sendo caso de acolhimento apenas parcial das razões do inconformismo manifestado.

De fato, são de todo irretocáveis as bem lançadas fundamentações da r. sentença quanto à absoluta impossibilidade de reconhecimento do alegado nexo de causalidade entre os problemas de saúde enfrentados pelo coautor recém-nascido e a troca de pulseira de identificação então colocada em seu braço, nos termos delineados no laudo pericial de fls. 347/368, cuja conclusão havia mesmo de ser integralmente acolhida. Confira-se:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

“ (...) Nexo de causalidade: não há nexos de causalidade entre a não amamentação materna e a troca de pulseiras ou posteriores doenças respiratórias/diarréia.

- Tipo de dano: não houve dano permanente ao periciando.
- Fator humano: houve erro do profissional de enfermagem referente à troca de pulseira.
- Fator individual e da doença: não se aplica.
- Fator externo: não se aplica.
- Fatores ambientais: os protocolos institucionais de segurança do periciando não foram observados com relação à troca de pulseira, mas foram observadas as boas práticas médicas e de enfermagem durante a internação da mãe e do periciando”

Vale registrar que em seu pormenorizado laudo

5

pericial, o *expert* de confiança do juízo esclareceu a complexidade do estabelecimento da amamentação, processo que envolve fatores biológicos, sociais, culturais e emocionais, tanto da mulher quanto da criança, sendo a prematuridade, inclusive, “*um dos principais fatores de risco para hospitalização pelo vírus sincicial respiratório*” (fls. 362).

Não se pode dizer, porém, respeitado entendimento diverso, que a incontroversa falha na prestação dos serviços médico-hospitalares, consistente na troca de informações na pulseira de identificação dos recém-nascidos, não tenha gerado forte abalo emocional e intensa insegurança na genitora em um dos momentos mais sensíveis e vulneráveis de suas vidas, tal qual bem pontuado pelo e. Procurador de Justiça no parecer de fls. 891/896:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

“(...) Cumpre ressaltar que o nascimento de um filho é marcado por emoções intensas, e qualquer falha que comprometa a identificação da criança afeta a confiança dos pais na instituição responsável, trazendo angústia, medo e sofrimento psicológico”

(...) A insegurança gerada pela possibilidade de suposta troca do bebê comprometeu a vivência segura e acolhedora desse período tão delicado e é o quanto basta para justificar a indenização, como já se decidiu:

De fato, a grave falha de identificação do recém-nascido é circunstância mais do que suficiente para autorizar a fixação dos danos morais em favor da coautora _____, não sendo possível, em absoluto, tratar o susto e angústia pelos quais passou a genitora, mesmo depois da alta hospitalar, como mero aborrecimento, insuscetível de reparação.

Na concepção moderna da teoria da reparação do dano moral prevalece, como ensina Carlos Alberto Bittar, *"a orientação de que a responsabilização do agente se opera por força do simples fato da violação. Com isso, verificado o evento danoso, surge “ipso facto”, a necessidade de reparação, uma vez presentes os pressupostos de direito. Dessa ponderação emergem duas consequências práticas de extraordinária repercussão em favor do lesado: uma é a dispensa da análise da subjetividade do agente; outra, a desnecessidade de prova do prejuízo em concreto."* (in *Reparação Civil por Danos Morais*, RT, 1994, p. 202).

No que tange ao montante indenizatório, mais à



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

frente esclarece Carlos Alberto Bittar que o julgador deve considerar *“fatores subjetivos e objetivos, relacionados às pessoas envolvidas, a saber, de um lado, a análise do grau de culpa do lesante e a eventual participação do lesado na produção do efeito danoso, e de outro, a situação patrimonial e pessoal das partes e a proporcionalidade ao proveito obtido com o ilícito.”*

Acerca do mesmo tema, o festejado doutrinador Caio Mário da Silva Pereira ainda pondera que *“se deve levar em conta a punição ao infrator pelo fato de haver ofendido um bem jurídico da vítima, colocando nas mãos do ofendido uma importância que não é o “pretium doloris”, porém, um meio de lhe oferecer a oportunidade de conseguir uma satisfação de qualquer espécie, amenizando a amargura da ofensa. Deve o arbitramento, ainda, ser feito de forma moderada e equitativa, não tendo o objetivo de provocar o enriquecimento de uns ou*

7

a ruína de outros.” (Responsabilidade Civil, 5ª Edição, Editora Forense, página 317).

Diante de tais ensinamentos, observada a orientação fornecida pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, as circunstâncias e peculiaridades que envolvem a demanda, bem como a condição socioeconômica das partes envolvidas, de rigor a fixação dos danos morais em montante que atende tanto à sua finalidade reparatória quanto punitiva, sem que se cogite de enriquecimento indevido - R\$ 10.000,00 (dez mil) reais - apenas à coautora _____, ausente, repise-se, comprovação de que os problemas de saúde do coautor recém-nascido sejam decorrentes da falha de prestação de serviços médico-hospitalares relatada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

De rigor, portanto, o acolhimento parcial do inconformismo manifestado pelos recorrentes, para o fim de julgar parcialmente procedente o pedido indenizatório, ainda que não no montante pleiteado na inicial, tampouco para ambas os coautores, invertendo-se a sucumbência fixada às fls. 843, bem como a base de cálculo dos honorários sucumbenciais, ora fixados sobre o valor da condenação.

Ante o exposto, pelo meu voto, nos termos supraconsignados, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso.

Clara Maria Araújo Xavier
Relatora
Assinatura Eletrônica